

RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.195 - DF (2017/0278352-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SERVICO PUBLICO**
ADVOGADOS : **JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO E OUTRO(S) - DF008242**
ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO - DF009930

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 275):

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL AFASTADA. AGREGADO. LEI Nº 1.741/52. PROVENTOS DO CARGO EM COMISSÃO. REAJUSTE. LEI Nº 9.030/95. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ISONOMIA DE REMUNERAÇÃO. REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 40, § 4º, CF/88.

1. O servidor público aposentado como agregado, de acordo com a Lei nº 1.741/52, com proventos do cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superior (DAS) faz jus ao reajuste da remuneração do referido cargo instituído pela Lei nº 9.030/95.

2. A isonomia remuneratória entre servidores ativos e inativos, insculpida no art. 40, § 4º, da Constituição Federal de 1988, em sua redação original, assegura a extensão a estes de todos os reajustes concedidos àqueles.

Embargos de declaração acolhidos sem feitos modificativos.

Em suas razões, a insurgente indica violação dos arts. 2º da Lei n. 9.494/1997; 2º da Medida Provisória n. 891/1995; e 2º da Lei n. 9.030/1995, aos fundamentos, respectivamente, de restrição territorial de ação de caráter coletivo, ainda que proposta no Distrito Federal, e que, "com a leitura do art. 2º da Lei n. 9.030/952, se constata que somente poderia ser beneficiado com tal reajuste aquele ocupante de cargo efetivo na Administração Pública Federal, o que evidentemente não se aplica à situação vivenciada pelo agregado. Os agregados, a partir da Medida Provisória n. 871, passaram a ter os seus vencimentos transformados em VPNI, reajustados conforme os índices de correção de revisão geral" (e-STJ, fl. 324).

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Do detido exame dos autos, constata-se que o entendimento assentado pela Corte de origem a respeito da questão da limitação territorial se alinha à jurisprudência consolidada no STJ no sentido de que, por força de comando

constitucional, o Distrito Federal possui jurisdição nacional, não se aplicando o disposto no art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. TÍTULO EXECUTIVO ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PROPOSTO POR ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA SEGURANÇA AOS ASSOCIADOS FILIADOS APÓS A IMPETRAÇÃO DO *MANDAMUS*. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 2º-A DA LEI 9.494/97. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firme no sentido de que "a associação, na qualidade de substituto processual detém legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representa, sendo prescindível a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações, razão pela qual a coisa julgada advinda da ação coletiva deverá alcançar todos os integrantes da categoria" (AgInt no AREsp 1304797/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018).

3. "A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de não ser exigível a apresentação de autorização dos associados nem de lista nominal dos representados para impetração de Mandado de Segurança Coletivo pela associação. Configurada hipótese de substituição processual, os efeitos da decisão proferida beneficia todos os associados, sendo irrelevante a data de associação ou a lista nominal" (REsp 1832916/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019).

4. Ainda na linha de nossa jurisprudência, "a Justiça Federal do Distrito Federal possui jurisdição nacional, por força do art. 109, § 2º, da Constituição da República, e, desse modo, as decisões proferidas pela Seção Judiciária do Distrito Federal não têm sua abrangência limitada nos termos do art. 2º-A da Lei n. 9.494/97. "Assim, proposta a ação coletiva na Seção Judiciária do Distrito Federal, não há cogitar de falta de competência territorial, sendo que a eficácia subjetiva da sentença ficará limitada ao espectro de abrangência da associação autora" (CC 133.536/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2014, DJe 21/08/2014)" (AgInt no REsp 1382473/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 30/03/2017)

5. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1.531.270/DF, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA julgado em 11/11/2019, DJe 18/11/2019)

No mais, a recorrente, ao aduzir a tese de que somente os ocupantes de cargos efetivos seriam beneficiados, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "verifica-se, pois, que existem servidores aposentados apenas no cargo em comissão, que nem sequer têm como optar por cargo efetivo, cujos proventos foram integralmente convertidos em vantagem pessoal pela medida provisória questionada. Para estes inativos, ficará sem sentido algum a regra do art. 40, § 4º, da CF/88, na sua redação original, se forem privados dos aumentos e transformações do cargo em comissão correlato àquele em que se aposentaram" (e-STJ, fl. 273).

Incidência, por analogia, da orientação fixada pela Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

Outrossim, como citado acima, depreende-se que a questão foi decidida com base em fundamento constitucional – art. 40, § 4º, da CRFB/1988 –, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de usurpar-se a competência reservada pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator